



Assembleia de Freguesia de Oiã

Quadriénio 2013-2017

ATA NÚMERO DOZE

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2016, pelas 20.30h, reuniu a Assembleia de Freguesia da Freguesia de Oiã, nas instalações da ADRAC, no lugar do Rêgo, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma Assembleia Ordinária, conforme convocatória oportunamente enviada. -----

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, e depois de cumprimentar os membros da Assembleia, do executivo e o público presente, verificou a existência de quórum, informando a substituição dos seguintes membros: Srº Alexandre Oliveira substituído pelo Srº Valter Matos, Srº Mário Oliveira substituído pelo Srº Vasco Esperança, Srª Inês Ribeiro substituída pela Srª Paula Mendonça e Srª Cláudia Novo substituída pelo Sr. Jorge Marques. Mais informou todas as ausências terem-lhe sido previamente comunicadas e justificadas, garantindo assim a conformidade regimental. Atendendo a que uma das ausências é correspondente ao lugar de secretário da mesa da assembleia, o presidente convocou o elemento da assembleia Maria José Gregório para assumir o lugar em aberto naquela sessão, recompondo-se desta forma a mesa e ficando a assembleia em condições de prosseguir.-----

Dando início aos trabalhos o presidente da referiu terem-lhe sido entregues dois novos documentos pelo senhor presidente da junta, e que este os pretendia incluir na ordem de trabalhos, referentes às propostas 5 e 6 do executivo para o ano de 2016, a primeira referente à venda de uma pequena parcela de propriedade da junta de freguesia, para resolução de alguns problemas em edifício contíguo, localizados no centro de Oiã, e a segunda relativa à cedência de espaço para implantação de uma estação de rádio, também no centro de Oiã. Em sequência colocou à consideração da assembleia a proposta de inclusão dos dois novos pontos na ordem de trabalhos, que foi aprovada por unanimidade, passando os novos assuntos a constituir os pontos 4 e 5 do edital e convocatória da assembleia em curso, nos termos a seguir descritos, e o até ali

ponto numero 4 passaria a ser o ponto 6 dos documentos em referência. O ponto 4 foi incluído com a seguinte redação: Apresentação, apreciação e votação da proposta do executivo Nº5/2016, e o ponto 5 ficou com a redação: Apresentação, apreciação e votação da proposta do executivo Nº6/2016. O presidente da mesa solicitou ainda fossem distribuídas cópias de sustentação dos dois novos pontos agora constantes da ordem de trabalhos, para que os senhores membros da assembleia pudessem fazer uma leitura prévia dessa informação. -----

Nesta sequência deu início à Ordem de Trabalhos, começando pelo período “Antes da Ordem do Dia”, ponto nº1, “Leitura e ratificação da ata da sessão anterior”. -----

Não tendo havido intervenções, foi a mesma posta a votação, tendo sido aprovada por maioria, presente a substituição de elementos verificada. -----

De seguida deu início ao Ponto nº 2 de “Antes da ordem do dia” relativo à atividade da junta de Freguesia no período de 01/12/2015 até 11/04/2016”, tendo concedido a palavra ao presidente do executivo para sua explanação. -----

No uso da palavra o presidente do executivo saudou o presidente da mesa, os membros da assembleia e o público presente, apresentando ainda um cumprimento especial e um agradecimento à ADRAC, por se ter disponibilizado a receber nas suas instalações a assembleia de freguesia em curso. Mais explicou a atividade executada no período referido, nos termos apresentados no documento antes enviado, tendo-se ainda mostrado disponível para melhor esclarecer a assembleia no que esta pudesse entender pertinente. -----

O membro Sérgio Lopes, após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se também aos representantes da ADRAC, na pessoa do Sr. Valter Matos ali presente, agradecendo a disponibilidade daquela associação para receber a assembleia de freguesia ali em curso. De seguida interrogou o executivo sobre questões relacionadas com a piscina do parque do Vieiro, já discutidas em anteriores assembleias, pretendendo saber o que estaria a ser feito, ou programado, para aquela instalação, e quando estaria a mesma a funcionar. Questionou ainda o executivo sobre o que estaria a ser feito, ou fosse do conhecimento da Junta estivesse em preparação, em matéria de segurança, nomeadamente via Conselho Municipal de Segurança e, neste contexto, perguntou ainda se poderia ter acesso a alguns dos dados de segurança da freguesia atualizados, usualmente distribuídos naquele conselho, para consulta, relembrando a reunião havida entre aquele executivo e assembleia com a mesa da assembleia municipal e os representantes partidários com assento naquele órgão, tendo todos verificado serem as questões de segurança as que mais preocupam Oiã. Relembrou ainda, nesse contexto, a questão conhecida do Fernandito, pretendendo saber se é conhecida alguma abordagem a esse assunto também pelo conselho municipal de segurança. Sobre a aquisição da nova carrinha para a junta, situação com que concorda, referiu entender que esta deveria ter báscula, que muito facilitaria os trabalhos, e que talvez se tivesse conseguido encontrar veículos mais baratos, poupando

dinheiro à junta. Referiu-se ainda à festa da flor e ao subsídio de 1.500€ aprovado, pretendendo saber quem iria receber o subsídio, de que forma seria o mesmo distribuído, se a organização ou pessoa que o vai receber está legal, e ainda se a junta prevê vir a ter mais custos com aquela atividade, para além dos 1.500€ referidos. Mais disse ter ficado surpreendido com a forma como está organizada a festa da flor, dado esperar que fosse a ACO a realizar a atividade em referência. Outra questão que levantou esteve relacionada com a alteração do contrato da empresa *J. Canão* para a empresa *Datamind*, pretendendo saber qual a poupança que representa a contratação dessa nova empresa e ainda de onde é a mesma originária, pois sendo a primeira de Viana do Castelo se fosse a segunda de maior proximidade, alguma poupança daí deveria resultar, entre outros ganhos potenciais de tal contratação. Mais questionou ainda o subsídio de 100€ a favor de Susana Freitas pela edição de um livro ligado ao património cultural da Pateira de Fermentelos, pretendendo saber se o tema é relativo à Pateira de Fermentelos, por que razão é que a junta de freguesia de Oiã o apoiou. Tendo ainda em consideração a presença no lugar do Rego, afirmou, pretendia ali colocar duas questões relacionadas com aquela localidade. Começou por questionar as condições do lavadouro do lugar, referindo saber estar a perder água e com sinais de degradação, a merecer intervenção, mais referindo, e terminando, a necessidade de arranjos no pavimento da Rua Nº Senhora da Conceição. -----

Sem outras intervenções no momento, e antes de passar a palavra ao presidente do executivo, o presidente da assembleia informou o membro Sérgio Lopes, ausente na última sessão, que o assunto relativo à aquisição da carrinha foi ali amplamente discutido. No entanto, dizendo nunca ser demais discutir os assuntos de interesse da freguesia, passou a palavra ao presidente do executivo para as explicações tidas por convenientes. -----

O presidente do executivo começou por responder à questão da piscina do parque do Vieiro, referindo ter o executivo recebido uma carta da empresa a assumir o compromisso, depois de várias insistências suas, de que na altura da época balnear a piscina estaria a funcionar na sua plenitude. Já quanto aos dados solicitados do Conselho Municipal de Segurança, referiu não ter dados para fornecer, que apenas recebeu a ata da reunião havida e que a mesma não continha os dados solicitados pelo senhor Sérgio Lopes, esperando ainda que os assuntos de segurança voltassem a discussão na próxima assembleia municipal, local onde também foi já discutido o assunto do Fernandito, tendo informado que ali referiu tal assunto não deveria ser decidido naquela sede, antes deixado aos técnicos especializados da autarquia, pois são eles que sabem, ou devem melhor saber, como resolver a situação, não devendo ser a assembleia municipal a decidir uma intervenção que entende técnica e especializada. Relativamente à aquisição da carrinha sem báscula, disse ter sido uma opção, para além da evidente necessidade, tendo recebido propostas de carrinhas com báscula, mas de valor bastante superior. Mais referiu a relação preço qualidade para a viatura em apreço, muito acima de qualquer outra. Em respeito à

questão suscitada sobre a festa da flor disse não ter atribuído nenhum subsídio a ninguém, e que foi a verificação do voluntarismo que um elevado conjunto de senhoras pretendia dedicar à causa, com a condição da festa não ser encabeçada pela ACO, que sabe ter feito muita pressão para ser o organizador de tal atividade, que o fez decidir pela reserva dos 1.500€, que serão diretamente suportados pela junta de freguesia, para suportar necessidades daquela festa, não constituindo assim numa atribuição de um subsídio direto a ninguém, mas sendo despesa da junta, que tem acompanhado o processo diretamente, sempre procurando preços mais baratos para o material adquirido. O importante é promover Oiã, disse, mais acrescentando ter recebido 2.000€ da câmara municipal para as comemorações das festas da vila, valor até ali nunca antes recebido por Oiã, mas hoje paralelo ao que já era atribuído às outras freguesias do concelho, e que retirando 1.500€ desse valor ainda resultaria um saldo de 500€, utilizável noutras circunstâncias, ou mesmo em complemento daquela. Sobre a questão da empresa *J. Canão* pretendeu deixar o assunto para informação direta da vogal Licínia Caldeira, que tem acompanhado mais de perto a situação e os trabalhos. Ainda sobre a questão do livro referiu dois pontos principais: que a Pateira de Fermentelos está intimamente ligada a Oiã, quer física quer culturalmente, desde logo a começar pelo lugar onde se encontram naquele momento, mas também porque a Susana Freitas tem sido uma incansável colaboradora da freguesia, que merece ser incentivada, não sendo 100 € na aquisição de alguns livros, e não num subsídio direto, que fazem a diferença para a junta, tendo em vista a obrigação cultural inerente a uma junta de freguesia. Sobre a reparação e pintura do lavadouro do Rego referiu não estar o trabalho ainda terminado, embora tenha sido iniciado, porque o estado do tempo não permitiu avançar com a obra em determinada altura, e porque depois surgiu uma urgência noutra local, mas que irão terminar as obras a breve trecho. Sobre o estado do piso da Rua Nossa Senhora da Conceição disse não ser apenas o estado do piso que o preocupa, mas também o encaminhamento das suas águas pluviais. Mais referiu ser esse um dos muitos pontos que constam do seu levantamento de necessidades para a freguesia, entregues ao senhor presidente da câmara logo na primeira reunião havida em 2013, e que sendo assunto de responsabilidade municipal, deverá ser a câmara a resolver, mas que tem procurado acompanhar a situação, fazendo a necessária e possível pressão. Referiu ainda, sobre a Rua das Belas Artes, que esteve no local com o Sr. vice-presidente da câmara, e com o Sr. eng. Rui Morais, tendo-se disponibilizado para fazer uma parceria com a câmara para resolução do assunto, cedendo uma instituição o material e outra a mão-de-obra, ou vice-versa, como já conseguido noutros locais, mas ainda não tendo tido desenvolvimentos por parte da câmara, a quem compete a totalidade da obra. O senhor presidente da junta passou, entretanto, a palavra à sua colega de executivo, senhora Licínia Caldeira, para que esta pudesse fornecer as necessárias explicações sobre a situação da empresa *J. Canão*, como referiu anteriormente. A vogal do executivo Licínia

Caldeira, depois de cumprimentar os presentes explicou, sucinta mas objetivamente, que as razões que levaram a junta de freguesia a mudar de software e de empresa prestadora de serviços na área financeira, da empresa *J. Canão* para a empresa *Datamind* se prenderam essencialmente numa obrigatoriedade de mudança de software, dada a entrada obrigatória da nova norma contabilista para a administração pública, o SNC-AP, em 2017, mas também porque a maioria dos principais técnicos, pelo menos os mais conhecidos na junta de freguesia, da empresa *J. Canão*, saíram daquela empresa, indo formar aquela que agora foi contratada, referindo em particular o técnico que tem acompanhado a junta de freguesia de Oiã desde os tempos da gestão do Sr. Dinis, de nome José António em quem, agora como antes, a equipa da junta deposita a maior confiança. Sobre os custos referiu uma baixa substancial, para cerca de metade, quer na mensalidade a pagar quer no custo do processo de auditoria externa anual, também pela mesma empresa realizada. Mais referiu ainda ter o executivo notado uma grande falta de assistência, mesmo de preocupação, por parte da empresa *J. Canão*, depois das alterações no seu quadro de pessoal, o que naturalmente os não satisfez. Em acrescento o senhor presidente da junta referiu ainda que no processo, naturalmente, consultou ambas as empresas, e que mesmo não tivesse havido a diferença substancial de preço referida, mesmo que apenas pela questão de confiança no trabalho prestado por aquelas pessoas que hoje compõem a nova empresa, talvez a decisão tivesse sido a mesma. -----

Relançado o assunto a discussão da assembleia, foi ainda pedida intervenção pelo senhor Rui Barroco, que depois de cumprimentar todos os presentes, questionou o executivo sobre a forma como a junta de freguesia procura obter os orçamentos para as compras do mais diverso tipo de material, desde clips, papel, capas, até à questão do software e dos serviços de contabilidade ali em discussão, mais questionando ainda porque não ajudam as empresas locais e as pessoas de Oiã, sendo que lhe faz confusão perceber qual o critério de escolha usado para a seleção dos concorrentes.-----

Em resposta ao senhor Rui Barroco o senhor presidente do executivo disse estar-se no caso a falar de um sistema de gestão de contabilidade, e de serviços especializados naquela área, em que tem de haver confiança no prestador do serviço. Sendo aliás essa a principal razão porque foi feita a transição da empresa *J. Canão* para a nova empresa, pela confiança nas pessoas que conosco diretamente trabalhavam e que transitaram de empresa, disse. Relativamente às questões dos clips, papel, capas e outras coisas do género, assegurou que sempre procura os produtos mais baratos, conquanto não fique mais caro procurá-los. O problema, disse, é que na grande maioria das vezes as aquisições são muito pequenas, de 10, 20 ou 30€, também não se justificando grande procura de preços mais baixos, dando como hipotético mau exemplo uma deslocação a Aveiro para aquisição de algumas resmas de folhas mais baratas do que em Oiã,

procurando por norma adquirir em Oiã, embora presente a questão do preço global como referido. -----

Não havendo outras intervenções o presidente da mesa passou à ordem do dia da convocatória, propondo a apresentação, apreciação e votação do seu ponto nº1, relativo ao relatório de gestão e respetivos documentos de prestação de contas do ano 2015, tendo para isso passado a palavra ao presidente do executivo. Por sua vez, o presidente do executivo, realçando o resultado positivo de novo obtido no exercício de 2015, solicitou à vogal da junta, Licínia Caldeira, fizesse uma apresentação técnica e pormenorizada dos documentos de sustentação deste ponto, previamente enviados à assembleia. Nessa conformidade, a vogal Licínia Caldeira, explicou os resultados obtidos, tanto ao nível dos custos quanto dos proveitos, identificando os principais valores e relacionando-os com as atividades mais significativas do exercício findo. Estabeleceu tais relações sempre pugnando por demonstrar o interesse público subjacente e acentuando ainda o dever, a bem de uma gestão transparente, de fornecer tais informações com o devido pormenor. Terminou disponibilizando-se para prestar as demais informações que a assembleia entendesse ainda solicitar. Ainda em nome do executivo e antes de passar a palavra à assembleia, foi pelo seu presidente solicitada nova intervenção, para complementar as explicações dadas pela colega Licínia Caldeira, tendo este referido e destacado o bom trabalho executado pelos trabalhadores ao serviço da junta, em exercício de funções públicas, nos planos ocupacionais POC, na realização de estágios profissionais e ainda em cumprimento de penas de trabalho comunitário que, em média e durante praticamente todo o ano, se situaram em torno de dezassete pessoas, cujos resultados são visíveis à população, pelas obras e trabalhos de limpeza conseguidos, pelo funcionamento das instalações da junta em horário mais alargado, para a realização de cursos de formação pós-laboral, mas também de outra natureza, porventura mais imaterial, consumada nos levantamentos de propriedade das campas nos cemitérios da freguesia e no levantamento da história da freguesia como um todo, mas também de cada uma das suas localidades, cujos custos acabaram por ser bastante baixos, conforme se pode verificar pelas contas apresentadas, onde as rubricas de pessoal se situam pouco acima de 30% dos custos totais do exercício, o que, no contexto autárquico, atendendo à dimensão da freguesia, está bastante abaixo do normalmente verificado. Terminou disponibilizando-se também para responder a todas as questões que a assembleia pretendesse colocar sobre a matéria. -----

O presidente da mesa redirecionou os trabalhos para a assembleia, solicitando a sua intervenção no ponto em discussão, tendo sido solicitada a palavra pelo membro Sérgio Lopes, que referiu não pretender questionar o relatório, mencionando parecer-lhe bem construído e sustentado, nem mesmo o trabalho da junta referido pelo presidente do executivo, mas aludindo ao que, no seu entendimento, lhe parece exagerado, que são as festas realizadas pela junta, com principal ênfase nas comemorações do aniversário de elevação a Vila, por sua vez traduzidas nas contas

com valores de despesa que considera elevados, referindo em particular a rubrica de prémios condecorações e ofertas, que apresenta um valor de 3.057€. Preferia ver mais obras, disse. Reconheceu ainda que as prioridades de diferentes pessoas possam ser diferentes, mas sente dificuldade em aceitar que se diga que não existe dinheiro para adquirir uma carrinha com báscula e simultaneamente se façam gastos da natureza que referiu. Não havendo outras intervenções, foi dada a palavra ao presidente do executivo para eventual resposta ao membro Sérgio Lopes. O presidente do executivo realçou, em concordância com o Sr. Sérgio Lopes, que as opções gestionárias competem a quem se encontra, em cada momento, a gerir os destinos da freguesia, e que nessa medida, discordando da ideia de festas apresentada, decidiu o presente executivo repor a festa de Natal dos idosos, não realizada pela anterior equipa em gestão, por se tratar não de uma festa, mas de um momento de partilha e de reconhecimento ao legado daqueles recebido. Disse tratar-se, a seu ver, de uma forma diferente de estar, que uns podem considerar melhor, mas outros pior. Referiu ter sido nesse contexto que, por aquisição de uma pequena lembrança aos idosos, aumentou a despesa da rubrica referida. Mais referiu ainda que, fazendo parte da estratégia do executivo para a promoção e representação da freguesia, da Junta e de qualquer das instituições e associações que a complementam, procedeu à criação de uma nova imagem, associada ao cruzeiro e ao azeite, derivado de Oliana, de onde também deriva, de acordo com a história, o nome de Oiã, materializada numa garrafinha de azeite, com a história resumida de Oiã, e dessa forma, ofertando às outras instituições e associações que visitam Oiã, ou que Oiã visita, espera conseguir deixar uma marca que perdure, com alguma dignidade, para além da hospitalidade que deve caracterizar tais momentos. Tudo isso tem custos, disse, dificilmente evitáveis. -----

Não tendo havido outras intervenções, passou o presidente da assembleia à votação do ponto em discussão, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção de todos os membros da bancada do PSD. -----,

Em continuidade dos trabalhos, o presidente da assembleia avançou para o ponto numero dois da ordem do dia, relativo à apresentação e apreciação do inventário da junta de freguesia, pelo que passou a palavra ao senhor presidente da junta para a sua apresentação. O senhor presidente do executivo começou por explicar mais alguns avanços já conseguidos na matéria, mormente no trabalho de identificação e registo de várias propriedades da junta, realçando ainda o trabalho realizado pela Dr^a Cláudia Novo, que muito tem ajudado nas questões jurídico-administrativas, tendo-se concluído o processo para o registo de mais 12 terrenos, passando dentro de pouco tempo a um total de 18 terrenos registados em nome da junta de freguesia. Informou ainda da aquisição de mais algum equipamento para os serviços da junta, referindo um gerador e a carrinha já ali discutida, que muita falta faziam em muitos trabalhos, disse. Mais informou, à margem do assunto, que houve uma senhora da freguesia que se lhe dirigiu com a intenção de

fazer a doação de um terreno à junta de freguesia, e que oportunamente traria a formalização desse assunto à assembleia, para deliberação. -----

O presidente da mesa deixou o assunto à discussão da assembleia, não tendo havido intervenções, razão porque avançou na ordem de trabalhos para o ponto seguinte, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta Nr. 3/2016 do executivo, referente a uma questão de toponímia de um arruamento no lugar da Pedreira, pelo que deixou a palavra ao presidente do executivo para sua explanação. O senhor presidente do executivo disse que o senhor Fernando Martins, da Pedreira, se dirigiu à junta solicitando fosse dado nome a uma travessa, melhor identificada na informação enviada, que confronta com a Rua dos Moinhos daquela localidade. Ouvido o próprio e outros habitantes da Pedreira, o executivo apresenta ali a proposta de nome como Travessa dos Moinhos a qual, se aprovada, será dirigida à camara municipal para finalização do procedimento, disse ainda. Dirigida a palavra à assembleia pelo seu presidente, e verificado não haver intervenções, foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O presidente da mesa deu continuidade à assembleia iniciando o ponto 4 da ordem do dia, ali previamente incluído naquela sessão, relativo à proposta Nº 5/2016 do executivo, tendo passado a palavra ao seu presidente, para apresentação do seu teor. O senhor presidente do executivo disse tratar-se da cedência, onerada, de uma faixa de cerca de 6 cm de largura ao longo da estrema entre o mercado de Oiã e o edifício contíguo, a Norte, solicitada pelo administrador de condomínio, naturalmente em nome dos seus proprietários, tendo em vista a colocação de chapa ou outro material isolante nas paredes viradas para o mercado, a fim de as isolar. Mais disse que será um acordo com contrapartidas, registado entre os interessados, para os efeitos referidos, cujo resultado ficará registado em ata da assembleia de freguesia para memória futura, mesmo para além do documento que será feito, caso aprovada a proposta, entre o executivo e o condomínio do prédio. O resultado da votação que ali se irá fazer será levado a assembleia de condóminos, disse ainda, que também terá de o aprovar, aprovando dessa forma a contrapartida financeira solicitada pela junta, como consta da proposta, no valor de 500€. O presidente da assembleia, em conhecimento de que o administrador do condomínio em causa é o membro da assembleia ali presente, senhor Sérgio Lopes, disse cumprir-lhe solicitar que o mesmo se retirasse, mas que atendendo ao contexto não o faria, por entender exagerado, muito embora lhe solicitasse que sobre o assunto não interviesse, certo que também seria esse o seu entendimento, tendo nesses termos passado a palavra à assembleia. Não tendo havido intervenções, o presidente da assembleia colocou o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Foi entretanto solicitada a palavra pelo senhor presidente do executivo para reforçar o pedido de que o assunto ficasse explícito em ata, que naturalmente iria servir a passos técnico-administrativos posteriores, e também pelo senhor Sérgio Lopes, a confirmar a sua

intenção de não participar na discussão do ponto, bem como a reforçar o pedido já feito pelo presidente do executivo, para que o ponto ficasse explícito na ata relato da reunião em referência, ao que naturalmente o presidente da mesa anuiu. -----

Foi dado início à discussão do ponto número 5, relativo à proposta N°6/2016 do executivo, também inserida na própria reunião na sua ordem do dia, relativa à cedência de um espaço propriedade da junta de freguesia, o antigo edifício dos correios, para instalação de uma rádio local. Dada a palavra ao senhor presidente do executivo para explicação do ponto, o mesmo referiu ter-lhe chegado tal necessidade por mero acaso, na sequência de uma atividade que realizou com o grupo de cantares do Silveiro, a qual foi primeiramente por si maturada, e depois também partilhada e maturada pelo executivo da freguesia. Explicou que os interessados visitaram previamente o local, explicando o interesse que tinham no mesmo, quer do ponto de vista técnico, dada a linha reta que dali se consegue para a sua antena emissora localizada no Caramulo, quer de localização central no espaço onde se encontram a emitir, alegadamente entre Viseu, Ovar, Figueira da Foz, Leiria e Castelo Branco, em 98.8 FM, com o nome MundialFM. Mais disse que os interessados se dispunham a fazer as necessárias obras de melhoria e adaptação do local, estando disponíveis para, em troca, fazer a promoção da freguesia, das suas terras, das suas gentes, das suas associações e das suas atividades, quer em estúdio quer no exterior, como lhes foi proposto pelo presidente da junta, bem como assumir todos os custos de instalação, estimados em cerca de 150 a 200 mil euros, e funcionamento da rádio e suas instalações, mas que para o efeito precisariam de uma garantia de cedência do espaço por um período de pelo menos vinte anos. O executivo, que discutiu bastante o assunto, não sendo consensual, entendeu finalmente tratar-se de uma grande mais-valia para Oiã. O presidente da junta procurou também perceber da aceitação desta proposta junto de várias pessoas da freguesia, disse. Por seu turno os proprietários da rádio formalizaram o seu pedido, com as suas condições base, por via de carta enviada ao executivo, tendo o assunto finalmente culminado na proposta ali apresentada. Mais disse entretanto ter-se preocupado em perceber ainda como seria aceite, e poderia ser resolvida, a situação das pessoas que estavam a usar o espaço naquele momento, uma sala de explicações e a sede da Associação dos Amigos da Cavadas, tendo ambos sido fácil e potencialmente resolvidos a contento de todos. Terminou acentuando a sua esperança numa boa decisão nesta matéria, que apenas elevará a freguesia de Oiã, levando mais longe a sua existência e mais dignificando as suas terras e as suas gentes, que bem merecem. -----

O presidente da mesa passou a palavra à assembleia para pronúncia, tendo o senhor Sérgio Lopes referido discordar da proposta apresentada, encontrando-lhe uma tremenda incoerência de posições, comparativamente à posição e discussão havida naquela assembleia relativamente à cedência da piscina do Vieiro por um prazo de seis anos, decidida pelo anterior executivo. Disse

ainda não poder aceitar que fosse feita uma cedência gratuita, por um período de vinte anos, de uma propriedade da junta a uma empresa particular, que visa o lucro. Mais disse que, no seu entendimento, quem aprovar aquela proposta terá de ter a consciência que está a ceder gratuitamente, por um prazo de vinte anos, um edifício da junta situado numa zona nobre de Oiã, alertando ainda para que deveria a assembleia de refletir presente um caso gravíssimo que está a ocorrer em Oiã, também relacionado com uma cedência do género, a nível municipal, relativa ao kartódromo. Disse ainda concordar com tudo o que foi apresentado, concordância já transmitida em conversa prévia com o presidente do executivo, mas que não concordava com a questão dos vinte anos apresentada. Também o senhor Rui Barroco solicitou intervenção, lembrando e referindo a dificuldade de sobrevivência das rádios locais, processo que conhece bem, também referindo considerar o período de vinte anos um pouco exagerado e alertando para algum cuidado a ter no contrato a realizar. Terminou dizendo ainda e globalmente que a proposta apresentada lhe parece uma aposta muito válida e interessante para Oiã. -----

Antes de passar a palavra ao senhor presidente do executivo, também o presidente da assembleia se pronunciou sobre o assunto, e também ele dirigindo-se à assembleia, dizendo compreender algumas das questões colocadas, questionou os presentes, retoricamente, naturalmente para reflexão de cada um, sobre qual foi o uso dado àquele edifício nos últimos 20 anos e qual o benefício que a freguesia dali retirou nesse período. O presidente do executivo, em resposta às questões colocadas, disse não aceitar as comparações feitas pelo senhor Sérgio Lopes do presente caso ao caso do Kartódromo de Oiã pois, disse, se o Kartódromo não tivesse feito obras ilegais, e bastantes, com toda a certeza não se estaria onde está, havendo ainda muitos compromissos da parte de quem explora a pista para com a câmara que nunca foram cumpridos. Não é de um caso semelhante que aqui estamos a tratar, disse. Como não é semelhante ao caso do parque do Vieiro, em nada comparável, atendendo às contrapartidas e à mais-valia que representa ter uma rádio a emitir a partir de Oiã. Não se pode sequer colocar a cedência por um mandato, que no caso teria já só um ano e meio, ou mesmo dois mandatos, atendendo ao investimento que terá de ser ali feito pelo proponente, pois compreende bem que o mesmo nunca teria interesse nessas condições. Disse ainda saber que havia outras propostas em estudo pela rádio, para a sua instalação na zona da Bairrada, na qual tinha grande interesse, em condições semelhantes, potencialmente ganhadoras, mas que a sua luta conseguiu trazer para Oiã aquele investimento, se não mais, cultural. Deixando o assunto pendente sobre a assembleia questionou se o mesmo é de interesse para a freguesia e se entende a assembleia que tal representa uma mais-valia para a freguesia de Oiã, sendo nessa conformidade que deve ser votado. Disse que nos cabe tomar decisões, ao executivo e à assembleia, sendo para isso que ali estão, e que a votação que ali se vai realizar deve exprimir a concordância ou discordância de cada um, nada mais se esperando que acontecesse. Disse ainda ter já pré-preparado um contrato

de comodato, ou uma minuta do mesmo, que estabelece um conjunto de obrigações a cumprir pelos seus outorgantes e que, não sendo cumpridas, naturalmente resultarão numa rescisão contratual, e na completa devolução do bem à disposição da junta de freguesia, coisa que acredita ser difícil acontecer, atendendo aos valores previstos para o investimento, mas estando ainda as negociações em curso. -----

O presidente da assembleia reforçou que a lógica contratual do comodato tem tipologia própria, sendo atípica, devendo estabelecer muito bem qual a coisa em cedência e as respetivas contrapartidas e obrigações das partes, acreditando estarem defendidos os interesses da freguesia no documento referido pelo senhor presidente do executivo, e de novo devolveu a palavra à assembleia. -----

Pedida a palavra pelo senhor Amílcar Pereira, que depois de gentilmente cumprimentar todos os presentes, com particular referência e agradecimento ao senhor presidente da ADRAC pelo acolhimento daquela assembleia, disse não pretender por em questão a bonomia da proposta apresentada, nem o interesse que possa existir por parte da freguesia, nem a validade e qualidade da rádio, nem mesmo o que o edifício possa ou não render, considerando essa instalação. O que coloca em questão são as possíveis condições contratuais estabelecidas em contrato, que desconhece, e por essa razão não validará a proposta, sem com isso pretender colocar em causa a iniciativa, que diz parecer-lhe bem, mas porque precisa estar seguro das condições contratuais, em particular se não vir garantido que em futuro mais ou menos próximo, se por qualquer razão a rádio abandonar o local, que o edifício deverá ser entregue nas mesmas condições em que o recebeu, dessa forma defendendo o dinheiro que a junta, e portanto os fregueses, já ali gastaram. Também o senhor Sérgio Lopes voltou a pedir a palavra, para referir que concorda com o presidente da junta sobre as diferenças entre aquele processo e o processo do parque do Vieiro. É que no parque do Vieiro está-se a falar de pessoas de Oiã, de uma família de Oiã, que investiu 150 mil euros naquele espaço, que valorizou o parque, reconhecendo que o parque também terá valorizado o negócio, mas que na altura o atual executivo entendeu que a cedência operada não podia ir além de um mandato. Disse ter aceitado a situação na altura, tendo o contrato sido alterado e tendo de novo sido presente à assembleia, recolocando a situação como está naquele momento. Pacífico, disse. Mais questionou, hipoteticamente, que se viesse uma empresa para a zona industrial de Oiã e pretendesse ocupar o pavilhão da junta de freguesia ali existente, para ali se instalar durante vinte anos, se o executivo estaria disponível para o ceder. É que eu vejo isto como uma empresa, disse ainda o senhor Sérgio Lopes, embora reconhecendo que terá diversas mais-valias em relação a outras, que muito embora também levam longe o nome de Oiã. Mais disse haver uma questão técnica de que se recordou no momento, colocando a dúvida se tal instalação seria incompatível com a instalação do equipamento da MEO existente na parte inferior do edifício, afirmando dever tal

situação ser verificada previamente. Em resumo, acentuou, terminando, o que pare ele está em causa é a cedência por vinte anos de um espaço público a uma empresa. -----

Não havendo outras intervenções, foi dada a palavra ao senhor presidente do executivo para responder às questões colocadas, tendo o mesmo referido que quando se referiu à diferença para o caso do Vieiro, a sustenta, porquanto o investimento ali realizado pelo empresário o foi em terreno próprio, construindo instalações próprias, em completo benefício próprio, sem qualquer relação com a junta. A relação existente apenas provém da cedência de exploração da piscina, e que esta apenas foi posta em causa com a entrada do seu executivo porque o contrato existente à data estava ilegal, por não ter sido presente à assembleia de freguesia em tempo, como devia. Já relativamente ao prazo de vinte anos disse ninguém ter levantado ali problema novo. A exploração da rede de águas e saneamento municipal foi cedida pelo atual executivo municipal por um prazo de 50 anos, disse, quanto a si mal; mas também as instalações para a PT instalar os seus equipamentos, agora pertença da MEO, na parte inferior do mesmo edifício dos antigos correios de Oiã, foram cedidas por executivo anterior, com base num contrato vitalício, pelo qual recebem cerca de 30€, sabendo hoje que o dono é outro, particular, e conhecendo os milhões de euros envolvidos em tal negócio. Ainda sobre o armazém da zona industrial, respondendo ao repto lançado pelo senhor Sérgio Lopes, disse, garantindo respeitar opiniões diferentes da sua, que o armazém da junta na zona industrial está a ser usado, e que é uma instalação importante para a junta de freguesia, mas que se um dia lhe aparecesse alguém com uma proposta de negócio que lhe parecesse interessante para a junta, admitiria pensá-la, e mesmo executá-la. A câmara municipal também vendeu o seu armazém na zona industrial de Vila Verde e foi construir outro, disse. Será que foi para fazer um mau negócio, questionou. Com certeza a câmara entendeu que não, disse, como disse que entendeu também o executivo da junta não ser um mau negócio aquele ali trazido, para a cedência de espaço à rádio. Tiveram a preocupação de saber, pesar e medir, as contrapartidas em jogo, tendo também em consideração que as despesas até ali assumidas pela junta, com água e luz, consumos e taxas, passariam para a esfera da rádio, bem como outras responsabilidades inerentes ao edifício, necessárias à sua manutenção, no mesmo período de tempo em que aquele estiver cedido. Poderiam até estar a falar de um comodato por 30, 40 ou 50 anos; sempre entenderia que se deveria fazer o negócio se as condições satisfizessem os interesses que considera legítimos e importantes para a freguesia, disse. Porque não, questionou ainda. -----

O senhor Rui Barroco pediu ainda uma rápida intervenção para dizer compreender várias das questões suscitadas pelo senhor Sérgio Lopes, pelo Dr. Amílcar Pereira, bem como ainda pelos senhores presidentes da junta e da assembleia, parecendo-lhe haver espaço para melhorar a proposta apresentada e o contrato. No entanto, referiu, crê que a freguesia de Oiã só terá a ganhar com a implantação desta rádio, razão porque, disse, talvez a situação possa estar a

incomodar algumas pessoas. Também numa última intervenção, que o presidente da assembleia pediu fosse rápida, o senhor Sérgio Lopes disse que a proposta só poderia estar bem se, aceitando uma sua sugestão, apresentasse um período de carência, de 4, 5 ou 6 anos, após o qual se deveria iniciar a cobrança de uma renda, ainda que de baixo valor, com uma renovação contratual anual, podendo ela própria ir até aos vinte anos referidos. Ainda apresentou outra sugestão, porque apesar de perceber a urgência da decisão já explicada entendeu não vir mal nenhum ao mundo caso tal não aconteça, no sentido de adiar a votação para próxima assembleia, que se iria realizar num prazo de cerca de três meses, podendo aí vir a proposta melhor fundamentada e estudada, com uma minuta de contrato estudada pela junta e pelos seus juristas, e nessa altura a assembleia decidir com maior conforto. Ainda o presidente do executivo solicitou nova intervenção para dizer que, tratando-se de um negócio em curso e porque assim foi estabelecido, precisa de uma resposta a dar aos interessados, que as informações dadas permitem a decisão, e que os senhores elementos da assembleia de freguesia deveriam votar nessa conformidade, de acordo com a sua perceção do que estava em causa, não carecendo de qualquer conforto adicional. Ou concordam ou não concordam, e votam nessa conformidade, referiu finalizando. Também o presidente da assembleia, em concordância neste aspeto com o presidente do executivo, disse que os princípios da proposta foram apresentados e que os senhores elementos da assembleia se devem considerar, ou não, satisfeitos com a informação prestada, votando nessa conformidade. Mais disse ainda que acredita na palavra e na capacidade do presidente da junta para levar em frente tal assunto que, tem a certeza, estudou cautelosamente, ponderando tudo o que está em causa e aconselhando-se devidamente para que o negócio, porque no fim se trata de um negócio, disse, possa resultar. Naturalmente que se tratando de um negócio entre duas partes, o mesmo só será realizado quando ambas encontrarem suficientes razões em seu favor para a sua realização, de outro modo nunca haverá negócio, disse ainda. Mais disse que no caso, e depois do trabalho realizado em que sabe o presidente da junta ter lutado e acautelado o melhor possível os interesses da freguesia, o negócio resultou nas condições gerais apresentadas e aceites pelo executivo, no que representa a nossa parte, da freguesia, configurando a proposta que nos foi apresentada, que pessoalmente lhe pareceu muito interessante, e será essa que a assembleia terá de votar, aceitando ou rejeitando-a, pelo que decidiu avançar para a votação. Colocada a votação a proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra da bancada do PSD. Nessa sequência foi solicitada a palavra pelo senhor Sérgio Lopes, pretendendo fazer uma declaração de voto no sentido de clarificar que o seu voto se deveu à sua não concordância com o prazo estabelecido para o contrato, e por entender que deveria ter a votação sido adiada, nenhuma das suas propostas tendo sido atendida. Também o senhor Vasco Esperança pretendeu apresentar uma declaração de voto por entender a proposta apresentada insuficientemente explícita. Ambas as declarações

foram verbais e referidas serem para incluir em ata, não tendo sido apresentado qualquer documento. -----

O presidente da assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, relativo a outros assuntos, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

Dando continuidade à ordem de trabalhos, o presidente da mesa declarou aberto o “Período de Intervenção aberto ao Público”, tendo-se verificado a intervenção do Sr. Francisco Alves, que questionou a junta sobre quem seria o responsável pela manutenção da rotunda de Perrães, dado que esta se encontra com ervas altas, não permitindo boa visibilidade ao trânsito que ali passa, podendo originar algum acidente grave, mais solicitando que fosse feita a sua limpeza por quem de direito. O senhor presidente da assembleia questionou o senhor presidente da junta sobre se este pretendia responder diretamente à questão. Anuindo, o senhor presidente do executivo disse ser aquela rotunda da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, ou de forma mais fácil, Estradas de Portugal, e que muitas foram já as vezes que a junta notificou tal organização para aquela e outras questões de sua responsabilidade na freguesia, a maioria delas sem efeito. Mais disse ainda, face à falta de resposta verificada, que várias vezes já a junta interveio, ali e noutros locais, resolvendo problemas responsabilidade de terceiros, mas afirmou também não poder fazê-lo sempre, porquanto tal poderia dar origem a outras interpretações, até abusos e maiores desresponsabilizações. Terminou dizendo ainda que, esperando uma melhoria do tempo, iniciaria na semana seguinte mais uma volta de manutenção aos espaços públicos ajardinados da freguesia. -----

Finalizando, o presidente da assembleia de freguesia agradeceu à ADRAC, na pessoa do senhor Valter Matos ali presente, a disponibilidade e a amabilidade com que ali recebeu a assembleia de freguesia, na sua tentativa de descentralização, iniciada no lugar da Pedreira e agora ali estendida também, procurando estar mais próxima daqueles a quem serve, e dos problemas que os afligem. Obrigado a todos, disse ainda. -----

E nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se elaborou a presente ata, aprovada em minuta com a concordância de todos os elementos da assembleia presentes, sendo assim assinada nos termos da lei, e por essa via sujeita a ratificação em próxima assembleia. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretario _____

O Segundo Secretário _____